

Sistemas cooperativos agroecológicos na aliança campo-cidade: o caso do MST na metrópole de Porto Alegre¹

Fernanda Petrus  

Universidade de Coimbra (UC) – Coimbra, Coimbra, Portugal.

e-mail: fernandapetrus@gmail.com

Luciana Lago  

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

e-mail: lucianacorrealago@gmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é examinar um conjunto de práticas cooperativas na metrópole de Porto Alegre, entrelaçadas por um sistema agroalimentar que evidencia um caminho de mão dupla entre o campo e a cidade na construção do poder popular. Centramos nossa análise no cooperativismo praticado pelo MST, que vem garantindo o abastecimento popular de alimentos frescos localmente, além de elevada produtividade de arroz orgânico e outros produtos beneficiados, comercializados nas escalas local, regional e nacional. A análise enfoca três questões principais. A primeira, diz respeito às interações campo-cidade baseadas na aliança entre trabalhadores rurais e urbanos. A segunda, trata da agroecologia como campo de luta anticapitalista na produção do espaço metropolitano, orientado pela satisfação das necessidades sociais construídas coletivamente. A terceira, centra-se nas formas de complementaridade entre as práticas solidárias e as políticas públicas redistributivas.

Palavras-chave: Relação cidade-campo; agroecologia; economia solidária.

Agroecological cooperative systems in the rural-urban alliance: the case of the MST in the metropolis of Porto Alegre

Abstract

The present article aims to examine a set of cooperative practices in the metropolis of Porto Alegre, intertwined by a food system that highlights a two-way relationship between the countryside and the city in the construction of popular power. Our analysis centers on the cooperativism practiced by the MST (Landless Workers' Movement), which not only ensures a local supply of fresh food but also achieves high productivity of organic rice and other processed products commercialized across local, regional, and national levels. The analysis focuses on three main questions. The first concerns rural-urban interactions, based on the alliance between rural and urban workers. The second addresses agroecology as a field of anti-capitalist struggle in the production of metropolitan space in response to collectively constructed social needs. The third focuses on the forms of complementarity between solidarity practices and redistributive public policies.

¹ Este trabalho é apoiado pela Fundação Portuguesa para a Ciência e a Tecnologia (FCT), por meio de financiamento individual (referência: <https://doi.org/10.54499/2021.07054.BD>)



Keywords: City-countryside relationship; agroecology; solidarity economy.

Sistemas cooperativos agroecológicos en la alianza campo-ciudad: el caso del MST en la metrópolis de Porto Alegre

Resumen

El artículo tiene como objetivo examinar un conjunto de prácticas cooperativas en la metrópolis de Porto Alegre, entrelazadas en un sistema agroalimentario que destaca un camino de doble vía entre el campo y la ciudad en la construcción del poder popular. Centramos nuestro análisis en el cooperativismo practicado por el MST, que ha garantizado el abastecimiento popular de alimentos frescos a nivel local, además de la alta productividad del arroz orgánico y otros productos procesados, comercializados a escala local, regional y nacional. El análisis se centra en tres cuestiones principales. La primera se refiere a las interacciones entre el campo y la ciudad, basadas en la alianza entre trabajadores rurales y urbanos. La segunda aborda la agroecología como un campo de lucha anticapitalista en la producción del espacio metropolitano, orientado a satisfacer necesidades sociales construidas colectivamente. La tercera se enfoca en las formas de complementariedad entre prácticas solidarias y políticas públicas redistributivas.

Palabras-clave: Campo-ciudad; agroecología; economía solidaria.

Introdução

Entendendo a agroecologia como um campo de disputa pelo Bem Viver, o objetivo deste artigo é examinar um conjunto de práticas cooperativas em curso na metrópole de Porto Alegre, entrelaçadas por um sistema agroalimentar. O dinamismo desse sistema evidencia um caminho de mão dupla entre o campo e a cidade na construção do poder popular, por meio de práticas econômicas solidárias baseadas numa aliança entre trabalhadores rurais e urbanos. Na direção do campo para a cidade, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupa a metrópole e consolida interações com organizações de trabalhadoras/es urbanas/os. Na direção oposta, as redes agroecológicas urbanas apoiam e articulam famílias agricultoras em circuitos coletivos de abastecimento de alimentos saudáveis.

Centramos nossa análise no cooperativismo praticado de forma sistêmica pelo MST na metrópole citada, o que vem garantindo elevada produtividade do arroz orgânico comercializado na escala local, regional e nacional e ainda, o abastecimento popular de alimentos beneficiados e frescos na cidade e no campo. Trata-se de uma experiência exemplar de interação campo-cidade assentada num associativismo produtivo direcionado para a reprodução da vida, que se contrapõe ao produtivismo mercantil capitalista. São práticas que foram se sobrepondo ao longo dos últimos vinte anos, tais como a transição para a produção agroecológica, a criação da logística de comercialização, a construção das

agrovilas, a produção das infraestruturas ecológicas descentralizadas e a formação crítica dos jovens.

Frente à complexidade dessa experiência agroalimentar na metrópole gaúcha, envolvendo práticas políticas, econômicas e culturais contra hegemônicas merecedoras de análises em profundidade, definimos três questões para o recorte da nossa abordagem. Primeiramente, nos perguntamos em que medida as interações campo-cidade protagonizadas pelo MST garantem uma relativa simetria de poder entre produtores e consumidores, no sentido de superar a subordinação do campo à cidade forjada no capitalismo. A segunda questão nos remete à agroecologia como campo de luta anticapitalista. A indagação aqui diz respeito à visão sistêmica das necessidades humanas na possibilidade do Bem Viver, o que nos motiva a olhar como se realiza, no cotidiano das práticas cooperativas de produção e consumo de alimentos, a satisfação das necessidades construídas coletivamente. Por fim, propomos examinar em que medida a implantação e a sustentabilidade das práticas cooperativas estão condicionadas às políticas públicas, avaliando as formas de complementaridade entre práticas solidárias e redistributivas na construção de uma outra economia.

Situamos esse conjunto de práticas aqui expostas dentro do campo da economia popular solidária e nessa perspectiva, entendemos que a interação campo-cidade deve estar assentada num sistema de reprodução da vida capaz de suprir as necessidades humanas definidas coletivamente para o Bem Viver. Alimentação saudável, moradia adequada, infraestrutura urbana adequada, educação emancipadora, trabalho digno, práticas comunitárias entre outras, são necessidades que se complementam na experiência do Bem Viver. Como “um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza” (Coraggio, 2013, p.24), o Bem Viver está ancorado em formas simétricas de convivência nas experiências produtivas e reprodutivas. Nesse sentido, o Bem Viver se contrapõe à ideia de “bem-estar”, cunhada na sociedade capitalista como expressão da possibilidade de igualdade no consumo de mercadorias que foram incorporadas socialmente como necessárias. Essas necessidades incorporadas vão sendo postas em xeque durante o longo processo de politização praticado nas experiências cooperativas guiadas pela racionalidade reprodutiva.

O tripé economia popular solidária, agroecologia e Bem Viver é a base que sustenta nossa perspectiva analítica sobre um conjunto de práticas econômicas e políticas anticapitalistas, em curso no Rio Grande do Sul. Tais práticas, para nós, apontam na direção de uma transformação da histórica relação campo - cidade no Brasil, relação que garantiu o desenvolvimento de um capitalismo periférico baseado na expropriação dos trabalhadores do campo e da superexploração dos trabalhadores urbanos. Francisco de Oliveira (2003)

desvendou, nos anos 1970, a função da pequena agricultura familiar, que ele chamou de “primitiva”, no rebaixamento dos custos de reprodução dos trabalhadores urbanos. Nos trouxe, portanto, duas ideias centrais: (i) a reprodução como condição para a produção e (ii) a “unidade” campo - cidade no processo de acumulação brasileiro. As precárias condições de reprodução dos camponeses (terra e insumos) garantiram o baixo valor dos alimentos produzidos para o abastecimento das cidades e, conseqüentemente, os baixos salários do operariado urbano. Esse quadro só se agravou desde então, com a violenta expansão do agronegócio associada à concentração fundiária.

Os movimentos camponeses, ontem e hoje, acionam estratégias que buscam quebrar o longo ciclo espoliativo que marcou o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Esse é o caso do sistema cooperativo do MST na grande Porto Alegre, que, pela sua natureza rural-urbana, nos anima a refletir sobre as condições de uma aliança entre trabalhadoras/es do campo e da cidade, que garanta trocas solidárias de saberes e de tempos de trabalho para a produção e abastecimento de alimentos saudáveis. No caso aqui analisado, as condições para que essa aliança se consolide guardam uma particularidade: o “campo” se estabelece na cidade, cria agrovilas e agroindústrias nos assentamentos e mescla os modos de vida rural e urbano. A construção das relações de reciprocidade entre as/os assentadas/os e os sindicatos e movimentos urbanos é atravessada por essa mescla facilitadora do diálogo.

Na perspectiva da aliança de classe, os princípios da agroecologia popular e anticapitalista cumprem um papel central na construção de discursos comuns e de estratégias políticas e econômicas complementares e convergentes no sentido de transformar os modos de produção e as formas de organização da circulação e do consumo dos alimentos. Fundados no autoconhecimento das necessidades humanas fundamentais, os modos de fazer, os modelos políticos e os valores da agroecologia foram historicamente construídos por povos originários e camponeses nas suas lutas cotidianas contra o avanço do modo de produção capitalista. Assim, as suas práticas se afastam dos bens como fins em si mesmo e os colocam à serviço da reprodução da vida (Casado *et al.*, 2000; Guzmán, 2006; Petersen, 2022). Nesse sentido, podemos pensar a agroecologia como um campo de satisfatores² sinérgicos (Elizalde, 2000), que se contrapõe, com base em práticas concretas, às formas hegemônicas de produção e satisfação das necessidades sociais, prescritas pelo produtivismo. A sinergia de satisfatores se dá na medida em que os modos de produzir e consumir alimentos saudáveis interferem em outros satisfatores além da alimentação, tais

² Satisfatores são formas de satisfação das necessidades humanas em cada contexto histórico e cultural e nesse sentido, definem a modalidade dominante em que uma cultura ou sociedade realiza suas necessidades. Um sistema de satisfatores é a interface entre as necessidades humanas imateriais e os bens materiais.

como a consciência crítica, o abrigo, o trabalho, a amizade, a educação, a saúde, a autonomia, entre outros.

A agroecologia, portanto, redefine os parâmetros de bem-estar forjados pelo modo de produção capitalista: para além da segurança alimentar e da superação da fome, pauta a qualidade dos alimentos e as formas coletivas de abastecimento; para além do acesso à moradia, pauta a qualidade da moradia para o morar e o plantar no campo e na cidade; para além do acesso à terra, pauta as distâncias e as infraestruturas que garantam circuitos curtos de produção-consumo; para além do acesso ao saneamento básico, pauta as formas de tratamento dos resíduos sólidos e do esgoto de modo a garantir a agrobiodiversidade e fechar os ciclos hídricos e de nutrientes; para além do acesso ao transporte, pauta a mobilidade inter-periferias que garanta os encontros para as trocas de saberes e experiências; para além do acesso aos espaços públicos, pauta a necessária infraestrutura pública para o circuito de feiras ecológicas (Caporal, Costabeber, 2002; Schimitt, 2009; Almeida, Costa, 2021).

Esclarecidas nossas principais referências analíticas, apresentaremos a seguir a experiência cooperativa do MST na metrópole Porto Alegre, obedecendo o recorte posto pelas três questões norteadoras: a simetria das interações campo-cidade, a satisfação das necessidades construídas coletivamente e a complementaridade entre as experiências cooperativas e as políticas redistributivas. Para tanto, estruturamos a exposição em três partes. As duas primeiras dedicam-se a descrever o funcionamento do sistema agroalimentar do MST em Porto Alegre, dando forma a essa presença do campo na cidade. Nestas, detalhamos os tipos e papéis das diferentes formas de associativismo agroalimentar de base agroecológica envolvidas na produção de arroz e de hortaliças, com as suas respectivas instâncias de gestão e amplitudes territoriais distintas. O enfoque nestes grupos alimentares se justifica não apenas pela adoção da matriz agroecológica³, mas também pelo enraizamento dos seus processos produtivos nos assentamentos da RMPA. A terceira e última parte, intitulada “A aliança campo-cidade: solidariedade de classe no abastecimento popular”, traz os circuitos de abastecimento dos alimentos produzidos, expondo a prática da solidariedade no âmbito do movimento agroecológico na cidade, no qual se insere MST, especialmente as/os assentadas/os produtores de hortaliças. Ao longo da exposição, nas três partes, destacamos as principais políticas públicas acessadas e a incidência das mesmas sobre as experiências analisadas, especialmente quanto às infraestruturas produzidas e os mercados acessados entre 2005 e 2015. Nas conclusões, retomamos as

³ Entende-se por matriz agroecológica a forma de produzir alimentos que para além do não uso de agrotóxicos considera os bens naturais como bens comuns, envolve relações justas de trabalho e defende os meios de produção e posse da terra para quem nela produz.

questões norteadoras e avaliamos as condições objetivas para a sustentação e a expansão do sistema agroalimentar analisado.

Este artigo foi desenvolvido no contexto de uma pesquisa-ação⁴ organizada pelas autoras em parceria com a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP). As informações apresentadas foram disponibilizadas pela COOTAP e obtidas por meio da observação direta de seus processos organizativos (reuniões e atividades de formação). Também foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com assentados, militantes e técnicos das demais cooperativas do MST na metrópole.

O campo na cidade: o cooperativismo agroalimentar do MST em Porto Alegre

O cooperativismo agroalimentar do MST na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)⁵ se organiza a partir de 36 assentamentos da reforma agrária, conquistados pelos trabalhadores por meio da luta pela terra no Rio Grande do Sul, a partir de meados dos anos 1980. Hoje, estes assentamentos integram um sistema de produção, beneficiamento, circulação e consumo de alimentos, baseado em formas associativas de trabalho entre as famílias agricultoras que, por sua vez, estabelecem interações com organizações sociais urbanas no sentido de construção da soberania alimentar da classe trabalhadora. Embora a formação deste sistema se inicie anteriormente, a sua consolidação ocorre entre 2005 e 2015, impulsionada por políticas públicas nas esferas federal, estadual e municipal, que tiveram papel fundamental no fortalecimento das iniciativas que hoje se complementam na escala metropolitana.

O MST no território metropolitano se organiza a partir de quatro microrregiões - Eldorado do Sul, Viamão, Nova Santa Rita e Encruzilhada do Sul - que compreendem 17 municípios onde se localizam os 36 assentamentos. Das 1680 famílias assentadas na RMPA, cerca de 25%⁶ integram o que aqui chamaremos Sistema Cooperativo Agroecológico do MST na metrópole de Porto Alegre⁷. Conforme é possível verificar na Figura 1, a delimitação adotada pelo MST, tanto para a região metropolitana, como para as microrregiões que a integram, divergem das delimitações institucionais.

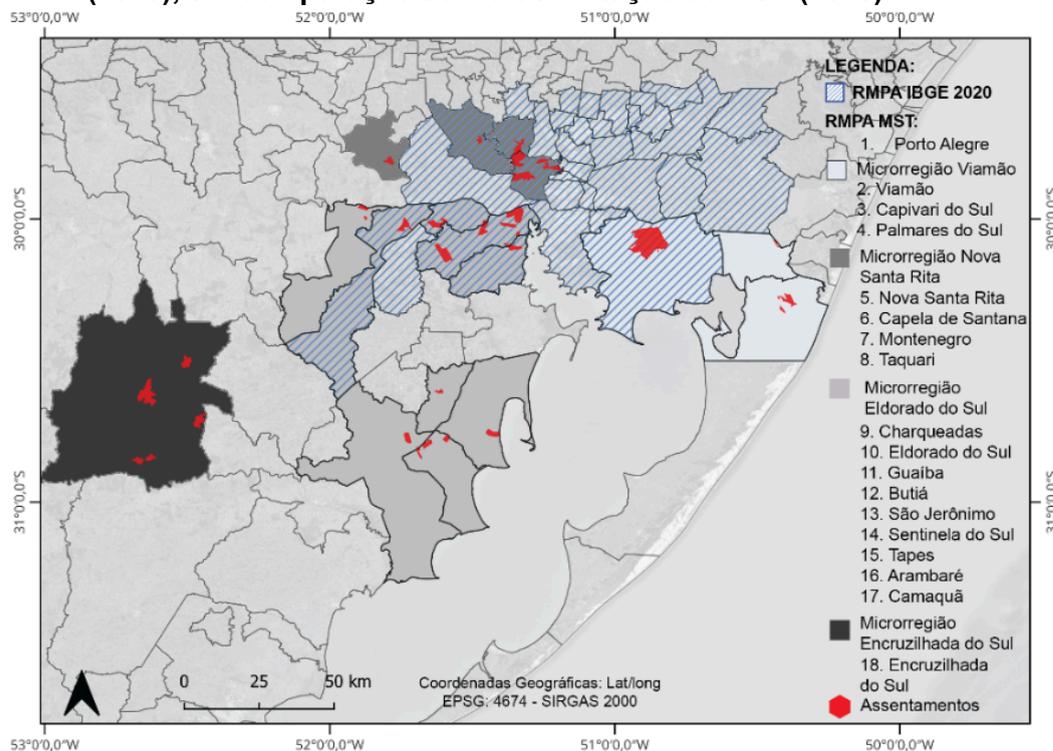
⁴ Além das autoras, são integrantes da pesquisa as cooperadas da COOTAP Sandra Rodrigues e Alice Audibert. Dentre os produtos realizados, destacamos o “Atlas Agroecológico dos Alimentos Saudáveis da Região Metropolitana de Porto Alegre”. Para mais informações, ver: <https://www.atlasagroecologico.com/>

⁵ Dos 36 assentamentos apenas 27 estão dentro da delimitação da Região Metropolitana do IBGE (2020). Neste artigo, utilizaremos o termo Região Metropolitana de Porto Alegre ou RMPA para nos referir à delimitação do MST, conforme será detalhado adiante, na Figura 1.

⁶ São cerca de 450 famílias na produção de arroz e hortaliças agroecológicos. O número de famílias envolvidas variou ao longo dos últimos anos de acordo com o contexto político, econômico e as condições para a inserção produtiva das famílias.

⁷ Dentre os outros 75% existe uma diversidade de situações, como as famílias que estão em processo de transição agroecológica, as que praticam agricultura convencional, as que produzem apenas para autoconsumo ou as que não produzem na terra.

Figura 1: Delimitação da Região Metropolitana de Porto Alegre segundo o IBGE (2020), em comparação com a delimitação do MST (2023).



Fonte: IBGE (2020) e COOTAP (2023); Org: As autoras (2024).

A delimitação do MST, mais ampla que aquela do IBGE, decorre dos fluxos de pessoas e alimentos que constituem o Sistema Cooperativo Agroecológico - composto em sua base por cooperativas, associações e grupos de produção - e cujo funcionamento depende de processos organizados por uma cooperativa de alcance regional - a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (COOTAP). A delimitação da RMPA para o MST corresponde, portanto, ao alcance da atuação da COOTAP, conforme veremos em detalhes adiante.

O setor de produção do MST do Rio Grande do Sul (MST-RS) se organiza no que denominam cadeias produtivas por tipos de alimentos⁸, sendo as principais cadeias do estado: (i) a do “Arroz Ecológico”⁹, (ii) a das “Hortas e Frutas” e (iii) a do “Leite”. A instância onde ocorre o planejamento por grupos alimentares é denominada Grupo Gestor - uma forma de organização particular do setor de produção do MST gaúcho, que se constituiu

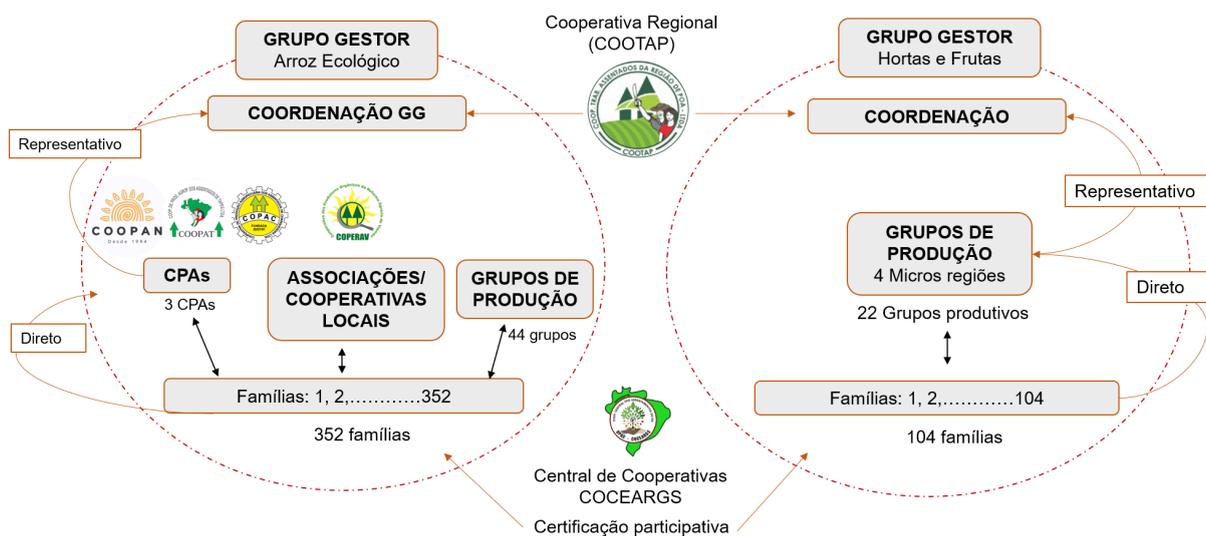
⁸ A produção dos grupos gestores do arroz e das hortaliças são de matriz agroecológica. Entretanto, o MST-RS ainda adota a denominação “cadeias produtivas”, própria do modo de produção capitalista dos sistemas alimentares hegemônicos. A mudança de denominação é um debate em curso no Movimento.

⁹ A denominação “Arroz Ecológico”, adotada pelo MST, busca se diferenciar da produção apenas orgânica, também praticada por setores do agronegócio e de produção capitalista. Além de possuir certificação orgânica, o arroz do MST segue os princípios da agroecologia quanto aos meios e modos de produção e respeito à natureza.

inicialmente com o Arroz Ecológico e se expandiu posteriormente para outros alimentos. O grupo gestor pode ser compreendido como a principal ferramenta de organização social e produtiva do MST-RS, ao centralizar a gestão dos processos envolvidos em cada grupo alimentar, aliando a formação para o trabalho cooperado à politização das famílias assentadas. Importa destacar que muitas famílias integram mais de um grupo gestor, pois possuem um lote seco para plantio de hortaliças e frutas, usualmente localizado junto à moradia em agrovila, além de uma fração alagada da área de várzea do assentamento, onde ocorre o plantio de arroz.

A Figura 2 representa os organogramas dos Grupos Gestores do Arroz Ecológico e das Hortas e Frutas. Na base dos Grupos Gestores estão as famílias assentadas, organizadas em formas mais ou menos avançadas de cooperação. Podemos dizer que a forma de trabalho associativo mais avançada é a das chamadas Cooperativas de Produção Agrícola (CPAs), enquanto a mais simples são os grupos produtivos. Os grupos de produção não possuem uma figura jurídica formal e são constituídos por no mínimo três famílias que se organizam coletivamente para viabilizar alguma etapa do processo produtivo. Como exemplo, podemos citar os grupos que se constituem para o cultivo coletivo de uma lavoura de arroz ou para a certificação orgânica participativa, sendo este último o arranjo que orienta a organização de todas as famílias envolvidas no Grupo Gestor das Hortas e Frutas.

Figura 2: Organogramas do Grupo Gestor do Arroz e das Hortas e Frutas em 2023.



Fonte: Fonte: COOTAP (2023); Org: As autoras (2024).

Em um grau intermediário de cooperação, localizamos as associações formais¹⁰ e as cooperativas locais de prestação de serviços, que organizam e prestam serviços estratégicos para uma ou mais etapas produtivas de diferentes grupos alimentares em seus assentamentos de origem¹¹. Por último, no estágio mais avançado de cooperação localizamos as CPAs, que se formaram ainda nos acampamentos do MST. Enraizadas nos seus assentamentos de origem, as CPAs atuam em todas as etapas produtivas de um ou mais grupos alimentares, baseadas na autogestão dos meios de produção (terra, maquinário, agroindústrias)¹², na participação direta dos cooperados nos processos decisórios e na divisão igualitária dos resultados do trabalho¹³.

A coordenação dos Grupos Gestores do Arroz Ecológico e das Hortas e Frutas é composta por representantes da base do organograma e pela COOTAP. A COOTAP é uma cooperativa regional de prestação de serviços¹⁴ ligada à coordenação regional do MST. Embora sediada no assentamento Integração Gaúcha, no município de Eldorado do Sul, a COOTAP estende a sua atuação a toda RMPA, fornecendo: (i) sementes para a produção do Arroz Ecológico; (ii) bioinsumos para a produção do Arroz Ecológico e, a partir de 2023, para as Hortas e Frutas; (iii) maquinário para os grupos de produção de arroz; (iv) secagem e armazenamento de arroz em infraestrutura própria; (v) assessoria técnica e acompanhamento da certificação participativa para os dois grupos¹⁵. Além disso, a COOTAP atua na comercialização, por meio da inserção produtiva das famílias nos programas de compras públicas (mercados institucionais), assumindo a logística de entregas com frota própria de caminhões e através da intercooperação, se associando a outras cooperativas da agricultura familiar.

No sentido de viabilizar a construção de infraestrutura própria e a prestação dos serviços acima descritos, a COOTAP acessou crédito agrícola e financiamento por meio de diferentes programas públicos desde a sua fundação, em 1995. Destacamos aqui o

¹⁰ Dentre as associações, destacamos a Associação de Moradores do Assentamento Filhos de Sepé (AAFISE), em Viamão, que é a responsável, junto ao INCRA, pela gestão coletiva da água neste assentamento, operando a irrigação e drenagem das lavouras de arroz.

¹¹ Destacamos a Cooperativa dos Produtores Orgânicos da Reforma Agrária de Viamão (COPERAV). Promove o beneficiamento de arroz e de vegetais nas suas agroindústrias localizadas no assentamento Filhos de Sepé, no município de Viamão, além de atuar na comercialização da produção das famílias deste assentamento.

¹² Além das infraestruturas que sustentam a operação dos grupos gestores do Arroz Ecológico e das Hortas e Frutas, as CPAs e cooperativas locais também possuem outras agroindústrias e equipamentos que viabilizam a sua atuação nas demais cadeias produtivas, como por exemplo a suinocultura e a produção de leite.

¹³ Na RMPA são três CPAs: (i) a Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita (COOPAN), (ii) a Cooperativa De Produção Agropecuária Dos Trabalhadores Assentados De Tapes (COOPAT) e (iii) a Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados de Charqueadas (COPAC).

¹⁴ A Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil estabelece no “Sistema Cooperativista dos Assentados” (CONCRAB, 1997) as diretrizes políticas sobre as formas de cooperação na organização da produção, dentre as quais destaca as Cooperativas de Prestação de Serviços Regionais.

¹⁵ A COOTAP apoia o processo de certificação coordenado pela Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS). A certificação participativa é realizada por meio do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica da Coceargs – OPAC/COCEARGS.

Programa Terra Forte, a nível federal, e o Programa de Qualificação dos Assentamentos da Reforma Agrária, que contou com recursos do Fundo Social do BNDES e do fundo de terras do governo do estado do RS (FUNTERRA) durante a gestão de Tarso Genro, entre 2011 e 2015¹⁶. Estes últimos, juntamente com os programas de acesso aos mercados institucionais que garantiram o escoamento da produção de arroz, impulsionaram o período de maior crescimento da COOTAP (Martins, 2017, p. 139).

Juntas, as cooperativas que integram o Sistema Alimentar Cooperativo do MST na RMPA são responsáveis pela gestão de um aparato tecnológico constituído por três agroindústrias para beneficiamento de arroz, duas agroindústrias para beneficiamento de vegetais, uma unidade de beneficiamento de sementes, armazenamento e secagem de arroz, uma fábrica de bioinsumos, frotas de maquinário para plantio/colheita e de caminhões para transporte de insumos e produtos, além de distritos de irrigação - conjuntos de subestações de energia elétrica, bombas e retroescavadeiras para a irrigação e drenagem das lavouras de arroz, geridos em instância coletiva coordenada por associações locais dos assentamentos.

O trabalho dos técnicos da COOTAP de acompanhamento cotidiano das famílias assentadas no âmbito dos grupos gestores tem como objetivo, portanto, criar condições para duas transições que se complementam ao nível do projeto político de reforma agrária popular, compreendida pelo MST como etapa fundamental na construção de uma sociedade socialista. A primeira transição ocorre no sentido do cooperativismo agroalimentar, que se inicia ao criar as condições necessárias para os assentados começarem a produzir individualmente no lote, para então passarem às formas avançadas de cooperação. A segunda transição consiste na passagem das práticas convencionais às práticas agroecológicas em toda a cadeia agroalimentar. A Figura 3 ilustra esta dupla transição, que no quadro teórico desta pesquisa pode ser compreendida como a construção de uma outra economia possível - popular e solidária - a partir de práticas pré-existentes no universo da economia popular (Coraggio, 1998; Coraggio, 2000).

Figura 3: Esquema teórico da atuação do MST para fomentar a construção de uma economia popular solidária, através da agroecologia.



Fonte: Coraggio (1998; 2000); Org: As autoras (2024).

¹⁶ O FUNTERRA financiou entre 2012 e 2015 cerca de 20 milhões de reais em contratos com as cooperativas do MST na RMPA, sendo 90% a fundo perdido, destinados a construção de agroindústrias, aquisição de maquinários, subestações de energia, entre outros equipamentos. Para mais detalhes, ver: Martins, 2017, p.110.

Nesta transição, os princípios da agroecologia orientam a ação coletiva e as práticas econômicas solidárias, construindo relações mais equilibradas entre grupos populares no campo e na cidade, no sentido de superar a relação de dominação construída no capitalismo, conforme veremos na última parte do artigo – “Aliança campo-cidade”.

A partir do panorama geral dos grupos que compõem o Sistema Cooperativo Agroecológico do MST, apresentaremos a seguir o histórico de formação e as condições que permitiram a consolidação das cadeias produtivas do Arroz Ecológico e das Hortas e Frutas, bem como a organização socioespacial e a amplitude territorial de cada uma delas.

O Arroz Ecológico e as Hortas e Frutas: os territórios e as escalas do Sistema Cooperativo Agroecológico

As primeiras experiências de produção do Arroz Ecológico nos assentamentos da região metropolitana ocorreram no final dos anos 1990, em um contexto de crise do setor orizícola nacional. Algumas condições foram determinantes para a realização das mesmas, dentre as quais destacamos: (i) a disponibilidade de terra cultivável decorrente da falência de produtores de arroz convencional (assentados e arrendatários), (ii) o domínio local da técnica de produção de arroz pré-germinado e (iii) o alto custo dos insumos químicos aliado à experiência já em curso de plantio ecológico de hortaliças (Lindner e Medeiros, 2015; Martins, 2017).

O resultado positivo das primeiras safras de arroz sem agrotóxicos deu origem ao Grupo Gestor do Arroz Ecológico em 2004¹⁷. Nesse contexto, a instância recém-criada alterou a forma de atuação da cooperativa regional - COOTAP, reorientando as suas prioridades a partir deste momento para o fornecimento de infraestrutura de secagem e armazenamento de arroz, além da organização da comercialização (Martins, 2017). Como vimos, estas permanecem entre as principais formas de atuação da COOTAP, para além de outras que se organizaram posteriormente. O sucesso econômico da experiência do Arroz Ecológico¹⁸ e o consequente fortalecimento da COOTAP permitiu a expansão deste modelo de gestão para outros alimentos no Rio Grande do Sul. Assim, o Grupo Gestor das Hortas e Frutas foi criado em 2008, embora a produção de hortaliças sem agrotóxicos tenha se iniciado ainda antes das primeiras experiências de arroz, em pequena escala, envolvendo cerca de vinte famílias das microrregiões de Eldorado do Sul e Nova Santa Rita.

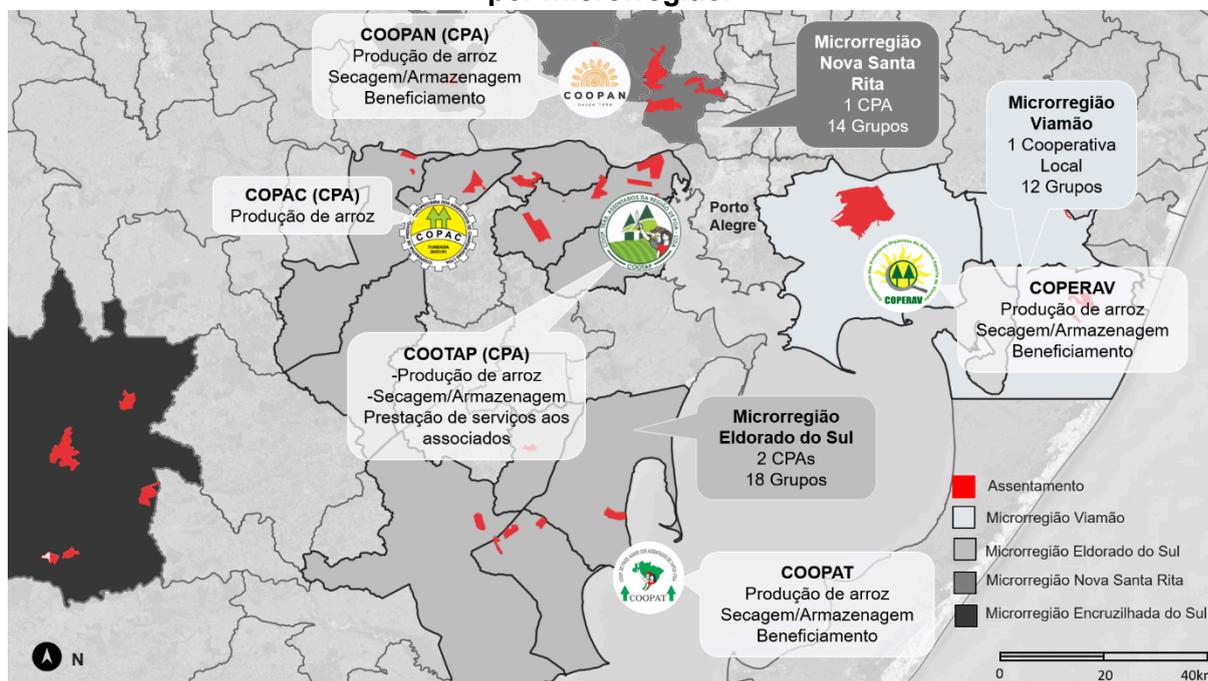
¹⁷ Em 2002 foi realizado o primeiro Seminário do Arroz Ecológico e em 2004 foi criado o Grupo Gestor. Estas instâncias se concentraram inicialmente em discutir as dificuldades técnicas, bem como as possibilidades de recursos e maquinários necessários para viabilizar a produção (Martins, 2017, p.114).

¹⁸ Embora a produção do MST seja muito expressiva e reconhecida como a maior produção de arroz orgânico da América Latina (cerca de 15 mil toneladas/ano), este montante representava menos de 0,5% do total da produção de arroz convencional do estado do Rio Grande do Sul na safra 2022/2023.

Algumas especificidades dos dois grupos alimentares aqui analisados podem nos ajudar a compreender as suas diferenças socio-organizativas e territoriais. O organograma dos grupos gestores (Figura 2) mostra estágios mais avançados de cooperação na base da cadeia produtiva do arroz. A produção de arroz irrigado é realizada em grandes áreas de várzea e possui alta demanda de maquinário, o que significa um aumento do custo inicial que torna a “coletivização” mais vantajosa pela viabilidade econômica desde as primeiras etapas produtivas. Soma-se a isso o fato de que na maioria dos assentamentos da RMPA a área cultivável de arroz não foi repartida pelo INCRA entre as famílias, que possuem o direito de uso de “frações ideais” de grandes áreas de várzea. Somente os lotes secos, onde se localizam as casas das famílias e as suas respectivas áreas de produção de hortaliças foram demarcadas individualmente. Nesse sentido, a produção de hortaliças junto à casa das famílias e com importante papel na subsistência torna mais difícil a “coletivização” destas áreas de produção. Outra diferença que nos parece relevante é a sazonalidade da renda proveniente do arroz, que se realiza apenas ao final de cada safra anual, enquanto a renda das hortas é mensal, decorrente da comercialização semanal.

No que diz respeito à organização territorial, a cadeia produtiva do Arroz Ecológico se organiza a partir de três das quatro microrregiões da RMPA, além de outros dois municípios do interior do estado do Rio Grande do Sul. A Figura 4 mostra as etapas realizadas em cada microrregião pelas CPAs. O arroz produzido nos assentamentos circula entre as cooperativas ao longo das etapas de armazenamento, secagem e beneficiamento. A capacidade das agroindústrias e silos dentro das CPAs e da COOTAP é insuficiente para o volume de produção da base, sendo o Grupo Gestor responsável por terceirizar parte do armazenamento e beneficiamento para outras cooperativas e empresas locais. As sementes, por outro lado, são todas produzidas por cooperativas ligadas ao MST, mesmo que localizadas fora da RMPA, como é o caso da cooperativa Bionatur.

Figura 4: Grupos de produção, CPAs e etapas da produção do Arroz Ecológico por microrregião.



Fonte: COOTAP (2023); Org: As autoras (2024)

Já a cadeia produtiva das Hortas e Frutas está enraizada nas quatro microrregiões, envolvendo 22 grupos de certificação e cerca de 104 famílias. A principal motivação para a inclusão dos assentamentos do município de Encruzilhada do Sul na RMPA é a produção expressiva de frutas. Parte destas frutas são beneficiadas na agroindústria vegetal da COOTAP, como matéria-prima dos principais produtos da marca Terra Livre Agroecológica para além do arroz, como os sucos, molhos e geleias.

No que diz respeito ao escoamento e à comercialização, a amplitude territorial das duas cadeias produtivas analisadas é diferente. O arroz, enquanto grão beneficiado e de produção em massa, precisa circular em escala regional e nacional para ser escoado. Já as hortaliças são escoadas em um circuito curto, na escala metropolitana, conforme veremos em detalhes na última seção. Para isso, além da COOTAP e das próprias CPAs, duas cooperativas desenvolvem importante papel na comercialização em ambos os grupos gestores: a Cooperativa Terra Livre e a Cooperativa 7 de Julho (COPAL)¹⁹. As principais frentes de comercialização são: (i) os mercados institucionais - regionais, estaduais e nacionais - através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional

¹⁹ Ambas estão sediadas no município de Nova Santa Rita, mas atuam junto às famílias da RMPA, além de outras famílias do estado do RS. A Terra Livre e a 7 de Julho são cooperativas de prestação de serviços especialmente direcionadas para a comercialização da produção dos assentados.

de Alimentação Escolar (PNAE), (ii) os mercados convencionais²⁰ e (iii) doações por meio de parcerias²¹. As duas últimas constituem frentes minoritárias de comercialização.

Em escala nacional, a comercialização se dá principalmente através do Escritório Nacional de Comercialização do MST, sediado em São Paulo e criado em 2016 com o objetivo de escoar o Arroz Ecológico e outros produtos de grande escala, como o café, o feijão e derivados de leite. O escritório investe no acesso aos mercados institucionais do sudeste, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (Oteiro e Silva, 2020). No sentido de viabilizar a logística nas escalas estadual e nacional, a COOTAP está inserida em redes de intercooperação como a Rede Coop-RS, que reúne 43 cooperativas da agricultura familiar no RS. A inserção do MST nesta rede garantiu a logística reversa, que passou a viabilizar a realização de duas viagens semanais da COOTAP à São Paulo, o que não era viável economicamente quando os caminhões retornavam vazios para o RS (Rede Coop, 2020).

Para além da comercialização, fundamental à garantia das condições de reprodução social nos assentamentos, apresentaremos a seguir como as cooperativas do MST investem na construção de uma aliança entre camponeses e trabalhadores urbanos que garanta a soberania alimentar da classe trabalhadora.

A aliança campo-cidade: solidariedade de classe no abastecimento popular

Partiremos de uma abordagem multiescalar dos sistemas alimentares para analisar a atuação das/os agricultoras/es e cooperativas vinculados ao MST na metrópole de Porto Alegre. Tal como proposta por Maluf (2021), essa abordagem pressupõe a coexistência de sistemas alimentares de distintas escalas e amplitudes. Podemos, portanto, pensar o sistema alimentar metropolitano em Porto Alegre como os modos como se caracterizam a produção, a circulação e o consumo de alimentos nesta região, mas que resultam do entrecruzamento de dinâmicas sistêmicas em âmbito nacional e internacional e envolvem, em cada uma dessas escalas, “uma diversidade de atores sociais, conflitos e processos decisórios” (Maluf e Burlandy, 2022, p. 08).

Assim, em interdependência com os sistemas alimentares nacional e global, o sistema alimentar metropolitano em Porto Alegre é controlado, em grande parte, por grandes corporações e redes de supermercados, reproduzindo padrões de produção e consumo globais. Existe, no entanto, uma resistência historicamente construída neste

²⁰ O escoamento nos mercados convencionais aumentou frente ao esvaziamento do PAA e PNAE durante o governo Bolsonaro (2019-2022), embora as cooperativas enfrentem grande dificuldade de se inserir no mercado competitivo capitalista.

²¹ Durante a pandemia de Covid-19, essa frente se fortaleceu por meio de vendas para organizações, associações e ONGs que realizaram campanhas de doação de alimentos. As cooperativas também arrecadaram doações da sociedade civil que foram convertidas em campanhas de doação na periferia de Porto Alegre.

território contra o sistema alimentar global, por meio da criação de redes alimentares alternativas. A partir do início dos anos 1980, surgiram na cidade de Porto Alegre experiências de circuitos curtos de distribuição de alimentos, por meio de parcerias estabelecidas entre grupos da cidade e agricultoras/es. Foi nesse contexto que alguns assentados que hoje integram o Grupo Gestor das Hortas e Frutas passaram à produção sem agrotóxicos, com assessoria técnica de organizações ambientalistas, como a Fundação Gaia, dedicada à difusão de soluções técnicas em prol da agrobiodiversidade.

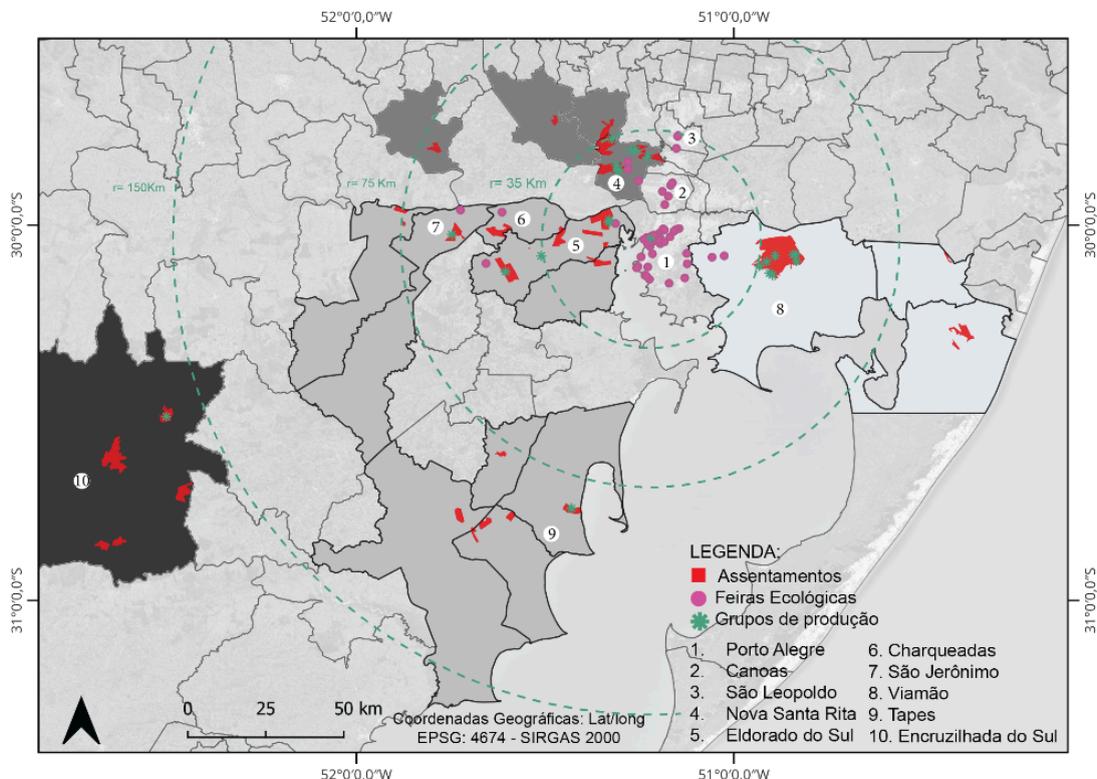
Dentre os grupos organizados na cidade, destacamos a Cooperativa Coolméia, fundada em 1979 por jovens ambientalistas de classe média, seguindo os princípios do cooperativismo e consciência ecológica. Organizada inicialmente como um núcleo de abastecimento autogerido por consumidores, a Coolméia mobilizou, a partir dos anos 1990, a Feira dos Agricultores Ecologistas (FAE) - a primeira do Circuito de Feiras Ecológicas de Porto Alegre. Durante o período em que esteve ativa, até o início dos anos 2000, a Coolméia dividia o seu espaço físico com outras duas organizações ainda hoje atuantes e que compartilham com o MST-RS uma agenda de lutas no campo da agroecologia. São estas: a Amigos da Terra Brasil e a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), duas ONGs que atuam em defesa do meio-ambiente.

A resistência construída localmente também ocorre em interdependência com as lutas travadas no âmbito do sistema alimentar nacional. Nos anos 2000, com a criação dos programas nacionais dedicados à segurança alimentar e as suas respectivas instâncias de participação e monitoramento, consolidou-se nacionalmente o movimento agroecológico como o conhecemos hoje, reunindo os movimentos populares de abrangência nacional, associações de agricultoras/es (familiares, tradicionais, extrativistas), ONGs, grupos universitários, entre outros. Nesse contexto, houve a criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), em 2002 e, posteriormente, a criação das articulações de agroecologia a nível estadual. Na metrópole de Porto Alegre, para além dos movimentos populares e das organizações apresentadas anteriormente, destacamos a Associação dos Agricultores Ecologistas Solidários (Associação Agroecológica), criada em 2006 para dar continuidade às atividades da Coolméia, além de iniciativas coletivas de consumidores, como a cooperativa Gira Sol.

Atualmente, 56% das famílias do Grupo Gestor das Hortas e Frutas comercializa a sua produção diretamente para os consumidores no Circuito de Feiras Ecológicas e outros espaços autônomos, somando 51 pontos nos municípios de Porto Alegre, Canoas, Viamão e Eldorado do Sul (Figura 5). Embora cada família seja responsável pelo transporte e venda dos alimentos produzidos, a inserção no Circuito de Feiras envolve inúmeros processos coletivos, em articulação com o movimento agroecológico, como a participação nas

associações das feiras, na gestão das infraestruturas dos espaços públicos, nas doações das sobras para iniciativas de combate à fome, entre outras formas de cooperação.

Figura 5: Inserção dos grupos de produção das Hortas e Frutas na metrópole de Porto Alegre.



Fonte: COOTAP (2023); Org: As autoras (2024).

Nesse sentido, a inserção das famílias do Grupo Gestor das Hortas e Frutas na cidade garante uma maior proximidade das mesmas com a agenda de lutas da agroecologia, além do aprofundamento de sua formação técnica e política, por meio das trocas de conhecimentos e vínculos estabelecidos. Além das famílias agricultoras, a Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul (COCEARGS)²² desenvolve papel fundamental, pois é a entidade responsável pela articulação política mais ampla do MST-RS. A cooperativa, nos últimos anos, liderou processos de luta política contra atividades que ameaçam não apenas o trabalho das/os agricultoras/es assentados, mas todas as práticas agroecológicas na metrópole, como a pulverização aérea de agrotóxicos, o avanço de atividades extrativistas e imobiliárias em áreas de assentamento e preservação ambiental, dentre inúmeras outras.

²² A COCEARGS constitui uma Central Cooperativa dos Assentados (CCA) no estado do Rio Grande do Sul. Atua como representante legal de todo o setor de produção do MST-RS e está sediada no centro da cidade de Porto Alegre.

A agenda de reivindicações do MST ganha força e visibilidade quando articulada com os demais atores do movimento agroecológico, apresentados anteriormente. Nesse sentido, as feiras são espaços privilegiados de luta, onde ocorrem as reuniões de mobilização, atos e o diálogo com a sociedade de forma geral. Assim, podemos pensar o movimento agroecológico como um movimento plural, baseado em uma solidariedade interclasses, com alguma convergência de projeto político e societário entre os seus integrantes. Apoiando-se nessa mobilização, a coordenação do MST atua para fortalecer a solidariedade de classe em toda a extensão rural-urbana, no sentido de construção de uma aliança camponeses-trabalhadores urbanos.

As estratégias do MST destinadas à construção do poder popular estão fundadas na articulação com organizações sociais de trabalhadores urbanos, como os sindicatos, os movimentos sociais de luta pela moradia, o Levante Popular da Juventude, associações locais de favelas e periferias e outros movimentos populares urbanos. É com esses grupos que o MST constrói a luta por um sistema alimentar popular e solidário. Para isso, o Movimento criou uma frente denominada “solidariedade”, com uma meta de doação de 300kg de Arroz Ecológico por mês, além de hortaliças e frutas, distribuídos pela frota de caminhões da COOTAP. O acesso aos alimentos pelos trabalhadores urbanos se dá em diferentes espaços e de formas distintas (*in natura* ou quentinhas), sempre acompanhado de processos de politização, conformando os denominados “Comitês Populares de Luta”.

Destacamos a seguir três estratégias distintas de doação de alimentos da frente de solidariedade. Uma primeira, é a distribuição de alimentos em grandes atos e passeatas. Uma segunda estratégia é a mobilização de cozinhas e/ou abrigos temporários, mobilizados no contexto de episódios que afetam a classe trabalhadora urbana e rural, como as enchentes de novembro de 2023 e de maio de 2024, onde as cozinhas temporárias e abrigos organizados pelo movimento social atenderam tanto os assentados como demais trabalhadores afetados nos municípios. A terceira estratégia é a distribuição periódica de alimentos a uma rede de 36 cozinhas comunitárias, espalhadas nas periferias de Porto Alegre e outros municípios da RMPA. Essa estratégia é organizada pelas cooperativas do MST em parceria com o Levante Popular da Juventude. São cozinhas organizadas em ocupações de moradia, como é o caso da cozinha da Azenha, do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e da Ocupação 20 de Novembro, organizada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia. Há ainda cozinhas nas sedes de sindicatos de trabalhadores urbanos que cedem o uso do espaço para a produção de quentinhas, mas a maior parte das cozinhas estão sediadas em associações locais de favelas, como as cozinhas da Vila Pedreira e do Morro da Cruz, entre inúmeras outras.

Durante a pandemia de covid-19, a frente de solidariedade se fortaleceu, por meio de editais de ONGs e fundações nacionais e internacionais, além de doações da sociedade civil. Nesse período, o MST-RS doou cerca de 800 toneladas de arroz e alimentos frescos. Sabemos, no entanto, que a construção da soberania alimentar depende necessariamente de políticas públicas. Os anos 2000 acumularam avanços nas políticas para a segurança alimentar e nutricional²³, com destaque para os investimentos públicos no PAA, na modalidade “Doação Simultânea”, operacionalizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que passou a permitir a doação dos alimentos diretamente às pessoas em insegurança alimentar, por meio da rede socioassistencial ou de equipamentos públicos de segurança alimentar. Com a retomada dos investimentos nos programas em 2023, o acesso ao PAA passou a ser novamente a estratégia central do MST-RS para garantir as doações às cozinhas comunitárias. As cooperativas de comercialização do Movimento tiveram quatro projetos aprovados em 2023, envolvendo 151 famílias e cerca de 650 toneladas de alimentos entregues (ao longo de 12 meses), para 5 entidades receptoras que, por sua vez, distribuem para a rede de cozinhas e organizações comunitárias, totalizando 67 pontos de doação de alimentos na metrópole. No auge de investimentos no PAA, em 2012, o Grupo Gestor das Hortas e Frutas chegou a envolver mais de 400 famílias²⁴. A liberação dos recursos para os projetos aprovados na RMPA em 2023 demandou grande mobilização dos grupos populares e o envolvimento de 151 famílias do MST é uma resposta tímida às demandas, tanto das/os agricultoras/es, como das famílias beneficiárias.

Esse conjunto de estratégias relatado ao longo do texto deixa evidente que a construção do Sistema Cooperativo Agroecológico do MST exigiu formas diversas de interação com associações, redes e sindicatos de trabalhadores urbanos e ainda, a luta permanente pelo acesso ao fundo público.

Considerações Finais

Voltemos então às questões que guiaram nossa leitura da experiência agroecológica do MST na metrópole gaúcha. A relação campo-cidade que emergiu do sistema agroalimentar cooperativo foi e continua sendo marcada por interações simétricas e pela convergência de interesses entre camponeses e trabalhadores urbanos. Enxergamos tais interações em três escalas territoriais: metropolitana (hortas, cozinhas, certificação,

²³ Em 2013, 77,1% da população brasileira encontrava-se em situação de segurança alimentar, o maior percentual histórico. Esse número caiu para 63,3% em 2018 e 44,8% em 2020, quando mais da metade da população brasileira encontrava-se em algum nível de insegurança alimentar. (Rede PENSSAN, 2021)

²⁴ Os coordenadores do grupo gestor e os técnicos da COOTAP apontam o esvaziamento do PAA e PNAE como causa central para a redução do número de famílias envolvidas entre 2018 a 2022. A garantia do escoamento da produção nos mercados institucionais é fundamental para a inserção produtiva de alguns assentados.

feiras), estadual (cooperativas da agricultura familiar) e nacional (arroz, alimentos beneficiados). A estratégia multiescalar do MST evidencia, não apenas a ampliação do mercado e das vantagens econômicas daí resultantes, mas ainda a expansão e o fortalecimento de um projeto político contra-hegemônico firmado no poder popular camponês e urbano.

A incorporação da pauta agroecológica na luta política do MST é um caminho de fortalecimento da aliança de classe em torno de interesses comuns, com destaque para a soberania alimentar e a oposição ao agronegócio. A resistência camponesa às fronteiras de expansão do agronegócio vai além da luta pelo direito à terra cultivável, ao revelar a lógica empresarial produtivista na expansão das monoculturas para exportação e na produção extensiva de alimentos contaminados por agrotóxicos. Vemos, assim, a expansão de dinâmicas urbanas ultrapassando as fronteiras da cidade.

A luta contra a mercantilização do campo e contra a contaminação dos alimentos está presente em espaços diversos, tanto no campo quanto na cidade, e as conexões criadas pelo sistema agroalimentar do MST promovem a construção de pautas comuns no âmbito dessa luta, reunindo camponeses, agricultoras/es urbanos, militantes da agroecologia, redes de consumidores e de distribuidores de alimentos saudáveis.

A construção dessa luta comum nos leva à segunda questão norteadora, relativa aos parâmetros de bem-estar que vão sendo redefinidos na direção dos princípios do Bem Viver. O modo de produção-reprodução da vida nas agrovilas, nas hortas e nas feiras agroecológicas – uma mescla dos modos de vida camponês e urbano - é guiado pela racionalidade reprodutiva, colocando em questão as necessidades sociais prescritas pelo produtivismo e satisfeitas no mercado. Vimos que o Grupo Gestor é uma instância do sistema cooperativo do MST que assegura a politização das demandas das famílias agricultoras por meio da organização coletiva do trabalho e de um processo pedagógico permanente, expondo a amplitude dos ganhos quando a agregação de diferentes particularismos possibilita a construção de uma única luta. A satisfação das necessidades construídas coletivamente legitima a luta política e fortalece a adesão ao projeto cooperativo. Esse é o caso das agrovilas localizadas na metrópole de Porto Alegre, afirmando a terra e a moradia como meios de produção e reprodução da vida – o plantar e o morar - e, assim, alterando os parâmetros da “boa moradia” nas cidades.

Por fim, a última questão, relativa à luta por políticas de investimento e por marcos regulatórios que respondam às reivindicações dos protagonistas dessa experiência cooperativa. A implantação e a expansão do sistema agroalimentar do MST ao longo dos últimos trinta anos confirmaram a indissociabilidade entre a consolidação das práticas econômicas cooperativas e o acesso ao fundo público. Vimos a função central dos

mercados institucionais, especialmente do PAA na modalidade “doação simultânea”, para a viabilização de estratégias solidárias. Vimos também os investimentos públicos em infraestruturas urbanas, como a pavimentação de estradas, garantindo melhor circulação das/os agricultoras/es. Foram inúmeras ações públicas comprometidas com os interesses dos trabalhadores, que ao financiarem meios de produção diversos, fortaleceram a sustentabilidade dos empreendimentos cooperativos. E esse foi um fator central para a “sobrevivência” do sistema agroalimentar do MST no período de desmonte das instituições e das políticas federais de desenvolvimento agrário. A fragilidade das instituições públicas do país e, conseqüentemente, sua instabilidade política não nos deixa dúvida sobre a urgência na construção de uma outra economia, solidária, cooperativa e popular. A experiência aqui relatada aponta um caminho potente para essa construção, ao buscar interações entre camponeses e trabalhadores urbanos em torno de interesses comuns.

Referências

ALMEIDA, D. A. O.; COSTA, H. S. M. Planejamento territorial e agricultura urbana entre o direito à cidade e os conflitos ambientais. In: Ester Limonad; João Monteiro; Pablo Mansilla. (Org.). **Planejamento territorial volume 2: reflexões críticas e práticas alternativas**. 1ed.São Paulo: Editora Max Limonad, p. 159-182, 2021.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.3, n.3, p. 70-85, 2002.

CASADO, G. I. G.; MOLINA, M. G.; GUSMÁN, E. S. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa, 2000

CONCRAB – MST. **Sistema cooperativista dos assentados**. São Paulo: Concrab, 1998.

CORAGGIO, J. L. **Economia Urbana: la perspectiva popular**. Quito: Propuestas, 1998

CORAGGIO, J. L. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, G. et.al. (Orgs.). **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, p. 91-133, 2000.

CORAGGIO, J. L. La economía social y solidaria: hacia la búsqueda de posibles convergencias con el Vivir Bien. In: Farah, I; TEJERINA, V. (Org.). **Vivir bien: Infancia, género y economía**. Entre la teoría y la práctica. 1. ed. La Paz: CIDES-UMSA, p. 215-255, 2013.

ELIZALDE, A. Desarrollo a Escala Humana: conceptos y experiencias. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 1, n. 1, p. 51-62, 2000. DOI: [10.20435/interacoes.v1i1.614](https://doi.org/10.20435/interacoes.v1i1.614)

SISTEMAS COOPERATIVOS AGROECOLÓGICOS NA ALIANÇA CAMPO-CIDADE: O CASO DO MST NA METRÓPOLE DE PORTO ALEGRE

GUZMÁN, E. S. El marco teórico de la agroecología. In: GUZMÁN, E. S. **Desde el pensamiento social agrario**. Córdoba: Servicio de Publicaciones Instituto de Sociología y Estudios Campesinos, Universidade de Córdoba, p. 221-248, 2006.

LINDNER, M.; VIEIRA MEDEIROS, R. M. Transformações sócio territoriais na Região Metropolitana de Porto Alegre: a experiência da produção do arroz ecológico em assentamentos rurais. **Revista Sociedade e Território**, v. 27, n. 2, p. 79–94, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/7433>. Acesso em: 19 fev. 2024.

MALUF, R. S. Decentralized food systems and eating in localities: a multi-scale approach. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 59, n. 4, p. 1-19, 2021. DOI:<https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.238782>

MALUF, R.; BURLANDY, R. **Sistemas alimentares, desigualdades e saúde no Brasil: Desafios para Transição Rumo à Sustentabilidade e Promoção da Alimentação Adequada e Saudável**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022.

MARTINS, A. **A produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de porto alegre: territórios de resistência ativa e emancipação**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003 [1972].

OTEIRO E SILVA, M. **Questão agrária, cooperação e mercados: Novas perspectivas para o MST**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2020.

PETERSEN, P. F. Political Agroecology: Political Ecology critique of agrifood capitalism. **Agrociencia Uruguay**, v. 26, n. NE3, p. e972, 2022. DOI: <https://doi.org/10.31285/AGRO.26.972>

REDE COOP. Ciclo de Lives Temáticas: Logística. [S. l.: s. n], 2020. 1 vídeo (01:18 min). Publicado pelo canal Rede-Coop-Rs. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zSE05nQ9ZmY>. Acesso em: 19 fev. 2023.

REDE PENSSAN. Inquérito nacional de insegurança alimentar no cenário da Covid-19. Rio de Janeiro: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2021. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf Acesso em: 1 fev. 2024.

SCHIMITT, Cláudia Job; TYGEL, Daniel. Agroecologia e economia solidária: trajetórias, confluências e desafios. In: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, p. 105-128, 2009.

Sobre as autoras

Fernanda Petrus – Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de

Janeiro (UFRJ). Doutoranda no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
OrcID – <https://orcid.org/0000-0002-0834-0670>.

Luciana Lago – Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-7289-6526>.

Como citar este artigo

PETRUS, Fernanda; LAGO, Luciana. Sistemas cooperativos agroecológicos na aliança campo-cidade: o caso do MST na metrópole de Porto Alegre. **Revista NERA**, v. 28, n. 1, e10708, jan.-mar., 2025. DOI: [10.47946/rnera.v28i1.10708](https://doi.org/10.47946/rnera.v28i1.10708).

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelas autoras. A autora **Fernanda Petrus** foi a responsável pelas funções: conceitualização, curadoria de dados, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, visualização, redação (rascunho original), redação (revisão e edição). A autora **Luciana Corrêa do Lago** foi responsável pelas funções: conceitualização, aquisição de financiamento, investigação, metodologia, redação (rascunho original), redação (revisão e edição).

Recebido para publicação em 03 de novembro de 2024.

Devolvido para revisão em 24 de janeiro de 2025.

Aceito a publicação em 13 de fevereiro de 2025.

O processo de editoração deste artigo foi realizado por Lorena Izá Pereira.
